International Journal of Advanced Engineering Research and Science (IJAERS)
Peer-Reviewed Journal
ISSN: 2349-6495(P) | 2456-1908(O)
Vol-9, Issue-10; Oct, 2022
Journal Home Page Available: https://ijaers.com/
Article DOI: https://dx.doi.org/10.22161/ijaers.910.25

Transsubjectivities in the School Space of the Semiarid Region

As *Trans*ubjetividades no Espaço Escolar do Semiárido

Thaynara Oliveira da Silva[1], Pedro Paulo Souza Rios[2], Edonilce da Rocha Barros[3]

[1]Mestra em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA, pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB; Graduada em Pedagogia pela UNEB, Campus VII; Membro do Grupo de Pesquisa e Estudos em Gênero, Educação e Sexualidades do Sertão – GENESES-Sertão.
[2]Doutorado e Pós-Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Sergipe – UFS; Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS e da Universidade do Estado da Bahia – UNEB; Líder do Grupo de Pesquisa e Estudos em Gênero, Educação e Sexualidades do Sertão – GENESES-Sertão
[3]Doutorado em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Atualmente é professora adjunta da Universidade do Estado da Bahia. Professora permanente do Programa de Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA) e do Programa de Doutorado Interinstitucional em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UNIVASF/UFRPE/UNEB)

Received: 14 Sep 2022,

Received in revised form: 05 Oct 2022,

Accepted: 11 Oct 2022,

Available online: 19 Oct 2022

***Keywords*— Subjectivities. Education. (auto)biographical narratives.**

***Palavras-chave*— Subjetividades. Educação. Narrativas (auto)biográficas.**

Abstract *— The reflection around dissident bodies has gained visibility in recent decades, questioning the access and permanence of these bodies is essential to guarantee the construction of a more just, inclusive, equitable society. However, it is necessary to show that these bodies have always been among us, even if silenced, so the present article aims to reflect the transsubjectivities in the school space from the (auto)biographical narratives of two former transsexual students of schools State High Schools in Senhor do Bonfim – Bahia. Based on queer and post-critical studies and (auto)biographical narratives as an epistemological basis, supporting the understanding of subjectivities, sexualities, gender identities, transgressions, curriculum and differences.*

Resumo *— A reflexão em torno de corpos dissidentes tem ganhado visibilidade nas últimas décadas, problematizar o acesso e permanência desses corpos é essencial para garantir a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva, equânime. Entretanto, faz-se necessário evidenciar que esses corpos sempre estiveram entre nós, ainda que silenciados, por isso, o presente artigo tem como objetivo refletir as transubjetividades no espaço escolar a partir das narrativas (auto)biográficas de duas ex-alunas transsexuais de escolas estaduais do Ensino Médio de Senhor do Bonfim – Bahia. Tendo como base epistemológica os estudos queer, pós-críticos e as narrativas (auto)biográficas, corroborando para compreensão das subjetividades, sexualidades, identidades de gênero, transgressões, currículo e diferenças.*

I. INICIANDO A REFLEXÃO

Atualmente, as discussões em torno das questões relacionadas às minorias sexuais estão em evidência, principalmente diante do atual cenário político brasileiro, considerando a postura de um governo que defende valores morais cristãos equivocados, se emanando por todo país, uma política direitista que visa a redução de todos os direitos conquistados, ameaça à democracia vigente e tenciona os preconceitos, exclusões daqueles/as que fogem do adequado ao padrão social. Nesse cenário, problematizar as questões das subjetividades e vivências de pessoas transexuais no Semiárido, se constitui num ato de luta e resistência política, fazendo-se necessário o entendimento em torno de tais questões, promovendo um conhecimento intelectual e acima de tudo de equidade social, baseado no respeito aos plurais e múltiplos.

Romper com os esquemas binários das identidades, sexualidades e de gênero, conforme citados anteriormente, tem se tornado um dos maiores desafios da atualidade, entendendo e percebendo a importância de se educar para uma sociedade que respeite as diversidades. No que diz respeito à constituição das identidades de gênero, as questões inerentes à diversidade sexual têm tido significativa relevância. Destacando-se a quantidade de assassinatos que esses corpos sofrem.

Segundo dados do Dossiê: *Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021:* "tivemos no ano de 2021 pelo menos 140 assassinatos de pessoas trans, sendo 135 travestis e mulheres transexuais e 05 casos de homens trans e pessoas transmasculinas" (ANTRA, 2022 p.32). Fica evidente a diferença em relação as travestis e mulheres trans, correm um risco maior de assassinato, aproximadamente 17 vezes em relação ao gay.

Diante de tais dados, enquanto profissional da educação, transitando por esses espaços de formação, como escolas, cursos, mesas, oficinas, dentre outros, é possível suscitar alguns questionamentos, olhares para aquilo que não se quer ver; para o que é silenciado, invisibilizado. Pensar em como está acontecendo o processo formativo desses/as adolescentes, se essas questões estão perpassando esse processo, precisamos nos atentar a este dialogo. Pensar nas produções dessas violências, são problematizações que perpassam a educação, passamos uma boa parte de nossas vidas dentro da escola, são vivências escolares também, os sujeitos se constituem e estão em processo formativo dentro da escola. Acontece não só uma formação escolar, mas ela também é pessoal, profissional, sexual, subjetiva, identitária.

Nesse sentido, o espaço educacional tradicional se sente pressionado ao lidar com tais questões, com sujeitos diferentes, fora do "normal", do esperado pela sociedade. Franco e Cicilini (2015, p.2), ressaltam que "a partir dos anos finais da década de 2010 surgiram demandas de pessoas trans junto ao contexto escolar que passaram a identificar a escola como um lugar de pertencimento apesar dos diversos obstáculos enfrentados por esse segmento social confinado ao universo da marginalidade". Falamos de alunas trans de uma determinada localização social, o Semiárido baiano.

Esse cenário fazia parte de um contexto mundial, brasileiro, inclusive no Semiárido, tão estereotipado como um lugar de sofrimento, seca, fome, atrasos (RIOS, 2016). É importante enfatizar que essas discussões no Semiárido baiano ganham outras proporções, ainda estamos a princípio, tentando romper com os binarismos de gênero (homem-mulher) e da sexualidade (heterossexual-homossexual) e aceitar as múltiplas posições que estão sendo delineadas na sociedade, ditas anteriormente, ou seja, as discussões precisam avançar, a formação precisa levar em consideração tais problematizações, só assim conseguiremos uma sociedade que contemple os plurais e múltiplos, sem quaisquer tipos de distinção. Anos mais tarde outras categorias sociais de gênero, sexualidade, tais como gays, lésbicas, travestis, transexuais se organizam em movimentos reivindicando equidade social. É desse lugar que falaremos, evidenciaremos as discussões em torno das subjetivações e vivências de gênero.

Nesse sentido, faz-se necessário refletir sobre a ressignificação deste Semiárido a partir de seu povo, sua cultura, seus saberes e fazeres. Malvezzi (2007, p.9) ressalta que "o Semiárido Brasileiro não é apenas clima, vegetação, solo, sol ou água. É povo, música, festa, arte, religião, política, história. É processo social. Não se pode compreendê-lo de um ângulo só". E é justamente neste espaço de identidade que as identidades emergem, transitam se fazem constituintes do processo social. Por isso, ao pensar em processos educativos no território Semiárido, precisamos potencializar tais discussões, inserindo essas temáticas na proposta curricular, assegurando os direitos dessas minorias que foram historicamente silenciados/as dos processos sociais.

É necessário que a escola, enquanto instituição formativa problematize suas práticas pedagógicas a partir de um currículo que privilegie a convivência com a diversidade. A educação contextualizada vem desenvolvendo um importante diálogo no sentido de dar voz aos sujeitos partindo do seu contexto, da sua realidade, das suas vivências. Lembrando a base dos princípios

freirianos de emancipação dos sujeitos e que são bases do pensamento da educação contextualizada.

Nessas pesquisas, explora-se a subjetividade libertadora fabricada por textos de Paulo Freire (CARDARELHO 2000) *apud* (PARAÍSO 2004, p.10). As pesquisas pós-críticas trazem como base também ensinamentos de Freire, entretanto, dialogam com outras categorias, sendo elas, de raça, classe, gênero, sexualidade, o avançar da sociedade colocou tais questões em discussões, estão conectadas, perpassam entre si. Pensar além do que está posto e duvidar de como está posto, compreender o trânsito das identidades nesse processo social do Semiárido. O silenciamentos dos corpos dentro desses espaços é evidente, as práticas pedagógicas não estão dando conta, na maioria das vezes não sabem lidar nem com os corpos, nem com as situações vivenciadas dentro do espaço escolar.

Assim sendo, partiremos dessa reflexão em torno das questões de subjetividades, transexualidades e percebendo esses corpos tidos como transgressores, diferentes na perspectiva dos processos escolares em escolas do Semiárido. O presente estudo é de abordagem qualitativa, tendo o método (auto)biográfico e como instrumento de coleta de dados as entrevistas narrativas.

II. CAMINHOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa enquanto trajetória metodológica, caminho a ser percorrido, indo ao encontro do objeto de estudo, caracteriza-se enquanto abordagem qualitativa por preocupar-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano (LAKATOS; MARCONI, 2004). É a abordagem qualitativa que permite a pesquisa analisar aspectos como as subjetividades, sentimentos, vivências, sendo possível compreender o sujeito de uma forma mais intrínseca.

As teorias pós-críticas vêm ganhando espaço a partir dos anos 1990, principalmente, no desenvolvimento das pesquisas educacionais. “Assim, como consequência de seus interesses, as pesquisas pós-críticas em educação no Brasil têm questionado o conhecimento (e seus efeitos de verdade e de poder), o sujeito (e os diferentes modos e processos de subjetivação” (PARAÍSO, 2004, p.5).

Os currículos passam a abarcar discussões, de raça, étnicas, religiosas, de poder, transgressão, diversidades, sexualidades, com o surgimento de novas demandas socais. A partir desses estudos introdutórios de perspectivas pós-críticas em educação divulgadas no Brasil, existe uma espécie de contágio (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 23) *apud* (PARAÍSO, 2004, p.4). Uma nova perspectiva é pensada para a Pedagogia, para a Educação.

> Usando uma linguagem que recebe influências da chamada “filosofia da diferença”, do pós-estruturalismo, do pós-modernismo, da teoria queer, dos estudos feministas e de gênero, dos estudos multiculturalistas, pós-colonialistas, étnicos, ecológicos etc., as teorias pós-críticas realizam, no campo educacional brasileiro, substituições, rupturas e mudanças de ênfases em relação às pesquisas críticas (PARAÍSO, 2004, p.2).

Algumas mudanças são evidenciadas nas práticas educacionais em relação às teorias críticas, colocando as diferenças, a transgressão, as subjetividades. Compreender o sujeito em sua integridade, o comportamento humano, principalmente, trazendo quem historicamente foi deixado à margem, categorias que antes não tinham acesso, passam a ser pensadas como protagonistas do processo educacional e evidenciando essas rupturas, mudanças, por entender que também compõem o processo educativo, formativo dos sujeitos.

Outra questão a ser evidenciada com os estudos pós-críticos foi justamente a possibilidade de trazer para esses diálogos categorias até então silenciadas, ou não visibilizadas nas teorias críticas, como ressalta, Louro (2016) também começam a ser discutidas questões de gênero, etnia, raça, sexualidade, idade, geração. Entende-se que esses estudos embasaram o desenvolvimento de pesquisas que trabalham com as questões de gênero, sexualidade, subjetividade, estudos negros, estudos culturais.

Sem esquecer que tais questões buscam um modo investigativo e crítico que fuja das homogeneizações existentes, trabalhadas durante tanto tempo, permitindo um olhar mais singular e local. Nesse sentindo, a aproximação com os estudos pós-críticos foi ao encontro da pesquisa sobre a transexualidade e subjetivações, possibilitando o desenvolvimento do objeto estudado, novas reflexões e diálogos.

Adentrando nos estudos *queer*, corroborando com os estudos pós-críticos, com o aprofundamento no estudo do sujeito, das subjetivações, das diferenças. O *queer* não está preocupado com a definição, fixidez ou estabilidade, mas é transitivo, múltiplo e avesso à assimilação. Salih (2017, p. 19) define “*queer* como indistinguível, indefinível, instável. É um momento, um movimento, um motivo contínuo – recorrente, vertiginoso. A raiz latina da palavra significa *atravessado”*. A autora ainda afirma que

a teoria *queer* surgiu da aliança, dos estudos, da intersecção das teorias feministas, pós-estruturalistas e psicanalíticas.

Segundo Rios (2019, p.41) "No âmbito da educação, os estudos *queer* têm sido associados às teorias pós-críticas, uma vez que essas afirmam que o papel da educação e do currículo como estruturas de poder, tem sido o de excluir aqueles/as que se comportam de maneira diferente do padrão estabelecido". O autor ainda chama atenção para a realização de pesquisas nessa área, fornecendo alternativas e elementos teóricos sobre novas políticas identitárias.

Nesse sentido, é imprescindível desconfiar do currículo, um movimento além do qual estamos acostumados/as, enquanto docentes, como nos diz, Louro (2018), um currículo *queer*. O termo *queer* significa estranho e vem justamente no sentido de oposição ao "normal", à "normalização". Seria um currículo mais crítico, no sentido de refletir e analisar o que está posto, como foi posto e o porquê. Principalmente questionar sobre ter acesso apenas a determinadas conteúdos e outros não, pensando na formação integral desses sujeitos, indo desde os conteúdos escolares até uma formação pessoal e humana.

E se tratando de um objeto que envolve as subjetivações e vivencias de gênero, o método que irá possibilitar essa maior aproximação para o desenvolvimento da pesquisa e interação com os sujeitos são as narrativas (auto)biográficas. Enquanto método de pesquisa, as narrativas (auto)biográficas possibilitam melhor compreensão da realidade dos sujeitos, levando em consideração suas emoções a partir de sua história de vida. Ao contar uma história, o/a narrador/a está se construindo e construindo o mundo à sua volta (SOUZA, 2006). Uma maior interpretação e percepção de suas experiências. A escola estando intrinsicamente ligada aos processos formativos na sociedade, produzindo continuadamente transformações e diversidades.

As entrevistas narrativas como instrumento de coleta de dados, se caracterizam como ferramentas não estruturadas, visando profundidade, de aspectos específicos, a partir das quais emergem histórias de vida. Esse tipo de entrevista visa encorajar e estimular o sujeito entrevistado à contar algo sobre algum acontecimento importante de sua vida e do contexto social. Neste processo são envolvidas as características para-linguísticas (tom da voz, pausas, mudanças na entonação, silêncio que pode ser transformado em narrativas não ouvidas, expressões entre outras), fundamentais para se entender o não dito, pois no processo de análise de narrativas explora-se não apenas o que é dito, mas também como é dito (CRESWELL, 2014).

As entrevistas narrativas corroboram com a investigação das subjetividades, aspectos esses tão intrínsecos aos sujeitos, as vivencias, é o contar, narrar a própria vida e essa investigação se dá como possível através de instrumentos que consigam aproximar o/a pesquisador/a das histórias de vida dos/as participantes. O percurso metodológico traçado possibilitando colocar as entrevistadas como protagonistas desse processo, permitindo uma maior aproximação entre a pesquisadora e as entrevistadas.

As entrevistas ocorreram entre os dias 13 a 18 de abril, levando em consideração a disponibilidade das entrevistadas. Num primeiro momento, houve uma conversa sobre o objeto de estudo, sobre a coleta de dados, a entrevista narrativa e quaisquer dúvidas que viesse a surgir, deixando-as bem à vontade sobre a entrevista. O Termo de Livre Consentimento Esclarecido – TCLE foi apresentado as entrevistadas, uma entrevista aconteceu de forma presencial e a outra de forma remota através do aplicativo WhatsApp, então, um termo foi enviado por email e devolvido posteriormente assinado.

Dafhyne já acompanhava nas redes sociais, mas nosso contato se deu apenas no dia que fui ao seu encontro. Dafhyne tem 27 anos, reside em Quicé, distrito de Senhor do Bonfim. É formada em Licenciatura em Educação Física, não atua na área, atualmente é digital influencer da região, possui 39 mil seguidores no Instagram, no momento é a sua fonte de renda. Sua transição de gênero aconteceu há seis anos, sua transição foi dos 19 aos 21. Na sua formação básica ela estudou no Colégio Modelo Luiz Eduardo Magalhães e no anexo em Quicé do Centro Estadual de Educação Profissional Tancredo Neves – CEEP. Dafhyne identifica-se como uma mulher trans.

Denyse é uma mulher de 31 anos, reside atualmente em Feira de Santana, mas é de Senhor do Bonfim, mudou-se recentemente devido a aprovação no Mestrado na Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, vivenciou toda sua formação em Senhor do Bonfim, no ensino básico passou pelo Colégio Estadual Teixeira de Freitas, no ensino superior pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus VII. Estudou comigo na graduação, enquanto colega de sala no curso de Licenciatura em Pedagogia. Atualmente é bolsista e está mestranda. Identifica-se como uma mulher travesti preta.

Essa breve apresentação das entrevistas faz-se necessário para que possamos compreender um pouco mais os fatos aqui narrados, suas vivências e aproximações com a temática em questão estudada.

III. “EU SEMPRE PREFERIA BRINCAR COM AS MENINAS” INFÂNCIAS DISSIDENTES

O presente estudo evidenciou a partir das narrativas reflexões sobre a infância, as duas participantes colocaram vivências dessa fase e que é tão necessário visibilizar. Ainda estamos iniciando tais discussões, infâncias dissidentes existem, resistem, e precisamos falar sobre isso também. Principalmente, enquanto garantia para incidir em instituições como a família, escola, essas que fazem parte e formam essas infâncias.

As discussões sobre infância e sexualidade sempre causam desconfortos sociais, a moral instaurada vê quase que como uma aberração, reduzem as questões de gênero e sexualidade ao ato sexual. As identidades de gênero estão presentes na infância, é notório perceber em muitos relatos diversos momentos, situações que marcaram, silenciaram pessoas LGBTQIA+ durante a sua infância.

> Eu sempre preferia brincar com as meninas, com minhas primas, foi na época do grupo É o tchan estourou né, aí eu lembro que minha mãe falava que eu queria ser o Jacaré, mas aí eu sempre colocava uma toalha na cabeça e falava que não, que queria ser as dançarinas, as bailarinas. Toda vez que eu falava isso era uma surra, e na verdade eu nem entendia o motivo de tá apanhando, só sempre o que me falavam é que era errado eu querer ser as dançarinas, que eu tinha que ser o dançarino, já não era certo eu tá dançando, então eu tinha que ser os dançarinos e era algo assim que ficava muito vago na minha cabeça, sem entender (DENYSE, 2022).

Denyse quando criança não entendia o motivo do apanhar, das surras, as crianças não compreendem os padrões dos adultos, o que é adequado para cada sexo, é evidente a partir da fala. O preferir coisas tidas como de meninas, brincadeiras com o que ela se sentia melhor, gostava mais, se identificava. O que acontece muito na sociedade, os adultos acharem que determinando, ou só a criança brincando com coisas que vão de encontro ao seu sexo culturalmente, irá definir a sua orientação sexual, identidade, relacionamentos.

É tanto que mesmo sendo silenciada durante sua infância, Denyse hoje se identifica enquanto mulher trans. Todo esse podar ou ditar o que adequado a cada sexo vai tornar mais difícil e traumatizante. Tudo isso só evidencia o quanto nossa cultura é tão excludente, o reprimir justamente para não dar possibilidades, não ter um filho ou filha LBTQIA+, evidencia o preconceito e o reproduzem às crianças.

> Eu sempre me via uma mulher, eu sempre andava com as camisas na cabeça para dizer que era meu cabelão, eu sempre brincava com as meninas, eu sempre gostei de maquiagem, sempre gostei de bonecas, eu sempre gostei de brincadeiras de meninas (DAFHYNE, 2022).

Dafhyne também se identificava com as brincadeiras de meninas ou que eram adequadas apenas para meninas. As narrativas evidenciam o silenciamento vivenciado por Denyse e Dafhyne durante a infância, onde muitas vezes acabavam sofrendo violência por parte da família devido aos seus comportamentos tidos como afeminados ou diferentes do que culturalmente é esperado para uma criança do sexo masculino.

Levando em consideração as ações da família, hoje com o avanço em torno dos direitos das crianças se configuraria como uma agressão, cultura está que estamos também tentando enfrentar, a de que a criança precisa apanhar, tomar surras seja por quaisquer coisas, o silenciamento infantil através do apanhar.

Outro ponto a ser exposto através das falas é que hoje já temos algumas discussões no que diz respeito a crianças trans, algo ainda muito tímido, mas já existem alguns casos ganhando visibilidade. A importância da família o quanto antes compreender a criança para está possibilitando uma infância segura, ao menos dentro do ambiente familiar. A escola enquanto instituição base na construção e garantia dessa infância, são discussões extremamente necessárias e intrínsecas a infância.

Dafhyne (2022) aponta que até os dias atuais ainda têm problemas com a família e que a relação possui algumas tensões “eu sofro muito isso com minha família, minha família não me abraça, minha família não me apoia, minha família não me acolhe”. Sendo a família a primeira instituição responsável pelas crianças e na garantia de um crescimento seguro, muitas dessas questões são levadas até a vida adulta, e que podem deixar angústias, incompreensão, não aceitação. Muitas vezes sendo expulsas do seio familiar na adolescência, sofrendo repressão e violências desde a infância, enquanto adulto acabar vivenciando situações de vulnerabilidades. Refletir sobre infâncias trans é acima de tudo questionar a garantia de direito sobre uma infância segura e consequentemente uma vida adulta com menos violências e silenciamentos.

Todas as diferenças são inscritas durante o nosso crescimento, consequentemente, nos moldando ao que é ou

não adequado, "normal", "bonito", "aceitável". A criança deixa de viver a fase da experimentação, ser livre, ela vai sendo construída de acordo com o gênero adequado, a sexualidade aceitável, os comportamentos tolerados.

> Se assumirmos que a criança que "experimenta" e é "livre" para "descobrir" precisa ser lida enquanto trans, reconheceremos que o jogo da masculinidade e feminilidade tem se dado através de um limitado vocabulário, pois bem, crianças cis também experimentam, são livres e descobrem coisas ao longo da infância (FAVERO, 2020, p.23).

Nesse sentido, a inserção da discussão sobre as questões de gênero e sexualidades é justamente com o intuito de formar crianças "livres", para que elas possam experimentar o ser criança, independente da masculinidade ou feminilidade, sendo cis ou trans, apenas vivenciarem a infância. Somente dessa forma será possível quem sabe a construção de um imaginário social, com crianças que não sofram, por serem quem são, ou apresentarem dissidências, o ser diferente, sem serem reprimidas ou silenciadas.

IV. "DESDE A PRIMEIRA SÉRIE EU JÁ TINHA MINHA CABECINHA FORMADA" AS TRANSUBJETIVIDADES NO ESPAÇO ESCOLAR

Todas essas questões relacionadas ao interno dos sujeitos, ao processo de formação das identidades, as suas subjetivações ganharam espaço nos últimos anos, no meio educacional os estudos pós-críticos evidenciaram uma nova forma da pedagogia, com contribuições dos estudos pós-estruturalistas e pós-identitários, tais discussões adentraram à academia, principalmente como objeto de estudo. Sendo o sujeito e seus processos de subjetivações centro dessas discussões e diálogos, questionando o currículo, suas relações de poder, normas, diferenças tão silenciadas no espaço escolar.

Enquanto docente, no período de atuação na Educação Infantil pude perceber o quanto o espaço escolar reforça essas diferenças. Por mais que a minha prática fosse de encontro a esses padrões encontrei resistência por parte das crianças; em determinada situação a colega apontou o coleguinha por estar brincando de casinha, dizendo que era uma brincadeira de menina. Minhas vivências deixaram um sentimento de perceber o quanto nossas crianças internalizam, reproduzem os jogos de feminilidade e masculinidade (Favero, 2020). Que a família é a primeira instituição a construir esses jogos, estereótipos, mesmo em alguns casos a escola possibilitando uma vivência que vá de encontro, são realidades, dificuldades percebidas.

Então, a sociedade reforça a todo momento os estereótipos para cada sexo, não é uma tarefa fácil desconstruir mesmo que aos pouquinhos, mas é extremamente necessário. Enquanto profissional da educação rever o que nos é imposto. Silva (2017) ressalta justamente a relação de poder presente no currículo. O currículo ao qual conhecemos exerce essa relação de poder, ele foi construído para regular corpos, moldar, os padrões heteronormativos. Denyse afirma:

> Olha, algumas por parte de colegas, mas eu lembro de algumas que surgiram também de professores né, principalmente nas aulas de Educação Física. Então, a aula de Educação Física, por exemplo, era uma das aulas que eu tinha resistência para participar. Por ser sempre, uma aula que ou era vôlei para as meninas, eu lembro que era nessa estrutura, vôlei para as meninas, futebol para os meninos, futebol e futsal para os meninos, futsal os meninos e as meninas ou era vôlei. Geralmente, os meninos iam pra quadra, desciam pra quadra para ter o jogo de futebol até porque o colégio tinha cultura de ter interclasse, participava dos jogos escolares e nessa época era predominante apenas a presença dos meninos, as meninas participavam do vôlei. Tinha o vôlei dos meninos também, mas era muito pouco, a aderência então, ficava mais as meninas no vôlei e algumas outras meninas ficavam com outros tipos de brincadeira, né... como pular corda, como amarelinha, mas os meninos sempre se reuniam lá embaixo, então, nesse primeiro ciclo do Fundamental II, que foi da quinta série até o nono ano. Então, sempre tinha essa cobrança por parte do professor pra que se participasse das atividades e eu sempre me distanciava pra não participar das atividades com os meninos, até porque não era do meu interesse, não sabia, não tinha noção de nada e nem queria aprender também (DENYSE, 2022).

A fala de Denyse evidenciam vivências do seu Fundamental II questões muito importantes para a formação docente e profissionais da educação, é um outro ponto a ser refletido, a educação ainda precisa avançar em diversos aspectos. Desde a mudança dos currículos garantindo uma efetivação da inclusão da diversidade, até a formação de seus profissionais, enquanto teoria e mais ainda enquanto prática.

> E era uma das disciplinas que a gente sempre ficava de recuperação e posteriormente tinha que fazer um trabalho pra apresentar o professor pra obter a nota. Uma outra disciplina assim também que era geradora de polêmica, era disciplina de religião, sempre vinha em torno essa discussão da união, de sempre focar que o homem nasceu pra mulher e a mulher pro homem e aulas de biologia, principalmente quando chegava na parte do corpo humano, do órgão reprodutor. E aí eu lembro que teve uma época que surgiu essa pergunta sobre o sexo anal e a professora deixou bem claro que era uma prática que não era adequada, que era uma prática que não era permitida perante a saúde, os órgãos de saúde, perante a própria biologia, eu lembro que ela exemplificou isso, que a vagina da mulher já tem estrutura pra receber o pênis, que no ânus não é assim, que o ânus era algo apenas para expelir as fezes e aí eu lembro que foi uma polêmica muito grande, eu fiquei assim muito constrangida né, porque no final das contas como eu era a única pessoa, na época gay, da turma e eu acho que nessa época também da escola, tinha esse outro amigo meu que era gay, mas ele não era assumido, então todas as atenções acabavam sendo voltadas pra mim e isso gerava piadas e aí quando a professora tentava intervir de outra forma já era tarde porque já tinha causado, ela mesma já tinha dado as afirmativas, então já tinha causado algo maior (DENYSE, 2022).

Precisamos de profissionais que se comprometam em desestabilizar o cistema[1] heteronormativo e violento. Inimaginável o que Denyse enquanto adolescente vivenciou nessas aulas, destacando mais uma vez a formação docente, o modo que as disciplinas são explanadas reforçam estereótipos e preconceitos, além de uma violência, as vivências colocadas por Denyse, foram sim, violências, que marcaram e não foi de uma forma positiva. Odara (2020, p. 86) aponta “Garantir essas discussões nos cursos de formações de professores/as faz-se necessário. A empatia e o respeito às diferenças estão cada vez mais no esquecimento tanto no ambiente educacional quanto em algumas práticas exercidas pelos docentes”.

Currículo este que conforme o ensino vai avançando as violências vão se tonando cada vez mais acentuadas. É evidenciado nas narrativas de Dafhyne (2022) “ginásio[2] e Ensino Médio, sempre as piadinhas, mas o que mexeu mesmo com meu psicológico foi o Ensino Médio”. É evidente a partir das vivências o quanto o ensino médio é ameaçador para pessoas trans. Franco e Cicillini (2015, p. 4) *apud* William Peres (2009), argumenta sobre as dificuldades da escola em lidar com as questões referentes às identidades de gênero e sexual, especialmente quando os sujeitos em foco são pessoas trans. Enaltecendo os estigmas e preconceitos em maior grau em relação às pessoas trans, o que consegue ser disfarçado em relação a outras formas de sexualidade como as lésbicas e gays, por exemplo.

> Eu era uma pessoa assim tão reprimida que quando chegava a hora do intervalo eu não saia da sala, se acontecesse alguma coisa eu pedia pra algum amigo trazer pra mim. Eu só saia porque tinha um bebedouro no corredor da minha sala e eu só bebia água e voltava. Em questão de merenda eu sempre pedia pros meus amigos comprar e trazer pra mim, eu não saia. Entrava na sala e só saia da sala na hora que o sinal tocava pra mim vir embora de tanta coisa que eu escutava, de tanta piada, me empurravam, já tentaram me agredir, só que aí eu não baixei minha cabeça, rendeu tanta coisa e aí eu fiquei tão de

[1] A palavra cistema com c, é utilizada como uma forma de evidenciar o sistema social ao qual estamos inseridos fazendo referência a cisheteronormatividade que compõe a sociedade.
[2] No Brasil, o ginásio constituía o estágio educacional que se seguia ao ensino primário e que antecedia o ensino médio. Correspondia aos quatro anos finais do atual ensino fundamental.

> saco cheio que eu falei, eu não vou estudar mais aqui (DAFHYNE, 2022).

A narrativa de Dafhyne só evidencia o quanto a escola não está preparada para lidar com as diversidades, ou na verdade, finge não as ver, é impossível ninguém dentro da instituição não ver nenhuma dessas situações, fica sem dúvidas esse questionamento. Enquanto pesquisa pós-crítica vem justamente evidenciar as diferenças perpassadas no espaço escolar, as relações de poder, através das subjetivações e vivências dos/as entrevistados/as.

A escola enquanto instituição formativa desses sujeitos está exercendo seu papel? Sem dúvidas inúmeros questionamentos aos sujeitos que estão dentro da escola com atitudes tão violentas ao ponto de expulsar outros/as alunos/as. Ela retornou para o Distrito de Quicé para concluir o ensino médio no anexo.

> Por incrível que pareça a escola na minha vida exerceu um papel assim de fundamental importância né, e talvez por isso eu tenha decidido seguir na carreira docente. Porque felizmente ao contrário né do que geralmente acontece com as outras pessoas trans ou LGBTQIA+ no espaço educacional, eu fui muito acolhida né, então assim, a escola na verdade acabou se tornando o meu porto seguro, inclusive as primeiras manifestações da minha travestilidade enquanto uma figura realmente feminina se deu através da escola. Então, na escola através dos grupos de dança que eu coordenava, dos grupos de teatro que eu participava, então eu sempre achei muita abertura e como um método também de enfrentar os preconceitos que claro existiam na escola por parte dos meninos né, dos colegas, eu acabei por me tornar uma pessoa popular na escola (DENYSE, 2022).

Entretanto, Denyse narra outra vivência no Colégio Estadual Teixeira de Freitas, a escola acabou sendo esse local de acolhimento, de refúgio para suas questões de identidade. Um ponto a ser levado em consideração é a popularidade de Denyse, ela acabou encontrando esse lugar dentro do não lugar que a escola oferece. Essa foi a sua estratégia de sobrevivência nesse espaço, pessoas LGBTQIA+ precisam criar estratégias para sobreviver na maioria dos espaços, principalmente os sociais. Utilizar aquilo te ameaça para sobreviver.

> Então, eu sempre tive uma facilidade muito grande em liderar os grupos, em formar os grupos, sempre tive um poder de articulação e de organização muito grande né, então, nos grupos de trabalhos os meus grupos eram sempre os mais organizados, os que sempre trazia algo diferente, eu não fui um aluno exemplar nota 10, mas eu sempre tive uma relação muito boa com meus professores, então isso acabou ajudando também e consequentemente também sempre tive muito boa com os meus colegas. Então, existiu algumas violências que era pontuais, mas não era nada muito grave que me expulsasse da escola, não chegava a ser agressão física e sempre que tinha algum tipo de agressão como uma piada, algo do tipo, eu sempre fazia questão de revidar de uma maneira muito minha, de uma maneira muito característica, na lacração mesmo e isso foi me fazendo uma pessoa muito popular (DENYSE, 2020).

O ambiente escolar mesmo caminhando para uma perspectiva pós-crítica, ainda não consegue mais lidar com os corpos, as subjetividades, as identidades da sociedade atual, a escola ainda não conseguiu dialogar com tantas questões. As práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula precisam dialogar com os estudos pós críticos, a teoria queer, pós estruturalistas, colocando o sujeito como protagonista desse processo, mas um processo que considere o sujeito e suas categorias, de sexo, raça, sexualidades, identidades, de classe.

Denyse relata através de suas vivências que não é só o Ensino Básico que precisa repensar um currículo pós-crítico questionando as relações de poder, levando em consideração as subjetivações e vivências dos/as formandos/as, o Ensino Superior também precisa rever seu currículo e levar, inclusive, suas pesquisas, já que temos tanta produção acadêmica. Faz-se necessário coloca-las em prática, a partir de minha formação, no mesmo período de Denyse, ficou muito evidente o quão foi escasso essas discussões, se não fosse minha linha de estudo pessoal, sairia do curso sem problematizar essas questões.

Rios e Dias (2017) compreendem que, no enfrentamento ao preconceito, no tocante a diversidade

sexual e de gênero é necessário desenvolver políticas de formação centradas nas dimensões pessoal e profissional. Toda a comunidade escolar deve estar inteiramente imbricada nesta formação, partindo desde o corpo gestor, docente e profissional, chegando até aos/às alunos/as, familiares e sociedade; para além do respeito, a entender a diversidade presente na sociedade, e as diferenças existentes entre os seres humanos, que vai desde a raça, etnia, religião, posicionamento político, gênero, sexo e orientação sexual.

A escola é marcada por diferenças, contudo o currículo escolar legitima as identidades hegemônicas ocidentais e contribui para posicionar as não hegemônicas como inferiores, deficitárias, patológicas, desviantes. Pode-se inferir que essa falta de preocupação de questionar quais identidades o currículo produz está ligada ao fato de a escola e, consequentemente, o currículo, ter surgido “[...] inicialmente para acolher alguns – mas não todos – ela foi, lentamente, sendo requisitada por aqueles/as aos/às quais havia sido negada. Os novos grupos foram trazendo transformações à instituição” (LOURO, 2014, p.57).

Dialogar, refletir e desenvolver meios políticos, sociais e educacionais que englobem os mais diversos ângulos presentes nesse contexto. Rios e Dias (2017), afirmam que é imprescindível a reinvenção da escola no sentido de colocar em pauta as questões pertinentes à vida dos sujeitos que por ela transitam. Evidenciando, a importância da escola em inserir tais discussões contextualizadas em seu currículo, tendo-a como construtora desse espaço social. O currículo escolar sempre esteve implicado na construção das identidades e das diferenças.

A partir do exposto, infere-se que as questões pertinentes ao gênero, homossexualidade e homofobia estão sob a regência e no âmbito de discussão dos Direitos Humanos, assim concordamos com Souza (2015, p. 201), ao afirmar que tais discussões devem ser compreendidas pelo viés sócio histórico e cultural “objetivando a incorporação – por parte do corpo docente –, da transversalidade deste tema quando na construção do projeto político-pedagógico da Unidade Escolar”.

Segundo a autorização do Ministério da Educação, Resolução CNE/CP nº 1 (2018), somente em 2018 as pessoas trans tiveram o direito garantido de serem chamadas como se identificavam. Apesar da escola ainda tratar dessas questões partindo principalmente da biologia, o fato de ouvirem a pessoa trans e respeitarem o seu pronome de tratamento é sem dúvidas algo a ser evidenciado.

V. ENCERRANDO AS REFLEXÕES

Refletindo o presente estudo e as questões nele suscitadas, evidenciando as *trans*subjetividades no espaço escolar e na infância faz-se antes de tudo um ato de resistência política, principalmente, em tempos da crescente de uma política fundamentalista cristã, reforçando estereótipos, preconceitos, violência e negação em torno das minorias sexuais. Mas, indispensável para (r)existir na Educação e no Semiárido. Corpos trans que compõem e constroem esse Semiárido, de forma tão intrínseca e precisam ser visibilizados.

Rios e Dias (2017), afirmam que é imprescindível a reinvenção da escola no sentido de colocar em pauta as questões pertinentes à vida dos sujeitos que por ela transitam. Evidenciando, a importância da escola em inserir tais discussões contextualizadas em seu currículo, tendo-a como construtora desse espaço social.

Há uma preocupação “moral” das instituições em manter os corpos, os currículos, nos modelos já existem, tudo aquilo que destoar ou for de encontro será colocado à margem. Nesse sentindo, pensar o emergir de novos paradigmas é fundamental para pluralidade da educação e do acesso dessas minorias.

REFERÊNCIAS

[1] ABRAHÃO, Maria Menna Barreto. **Memória, narrativas e pesquisa autobiográfica.** História da Educação, ASPHE/FaE/UFPeL, Pelotas, n. 14. p. 79-95, set. 2003. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30223 Acesso em 30 de abril de 2022.

[2] BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. 8ª ed. Judith Butler; tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

[3] CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (Bahia). **RESOLUÇÃO CEE Nº 120, de 05 de novembro de 2013.** Dispõe sobre a inclusão do nome social dos/das estudantes travestis, transexuais e outros no tratamento, nos registros escolares e acadêmicos nas instituições de ensino que integram o Sistema de Ensino do Estado da Bahia. Disponível em:

[4] http://www.conselhodeeducacao.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=97 Acesso em 15 de jun de 2022.

[5] CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 01/2018, de 29 de janeiro de 2018.** Dispões sobre as normas de atuação para psicólogos e psicólogas em relação às pessoas transexuais e travestis. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf. Acesso em 23 de Jun de 2022.

[6] CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CP nº 1, de 19 de janeiro de 2018.** Define o uso do

nome social de travestis e transexuais nos registros escolares. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=72921-pcp014-17-pdf&category_slug=setembro-2017-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 11 de jul. de 2022.

[7] CRESWELL JW. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa. Escolhendo entre cinco abordagens**. São Paulo: Penso Editora LTDA, 2014.

[8] ANTRA. Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021/ Bruna G. Benevides (Org.). – Brasília: Distrito Drag, **ANTRA**, 2022. Disponível em: https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf Acesso em 28 de jul. de 2022

[9] FAVERO, Sofia. **Crianças trans:** infâncias possíveis. 1ª edição/ Salvador – BA. Editora Devires, 2020.

[10] FRANCO, Neil; CICILLINI, Graça Aparecida. **Universo trans e educação: construindo uma área de conhecimento.** 37ª Reunião Nacional da ANPEd – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis. Disponível em: file:///D:/Projeto%20de%20mestrado/Transsexualidade.pdf. Acesso em: 30 de jul. 2022.

[11] HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 8. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 38-39.

[12] HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2017. 283p.

[13] LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 4ª Ed. – São Paulo: Atlas, 2004.

[14] LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

[15] LOURO, Guacira. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

[16] LOURO, Guacira. **O corpo educado:** Pedagogias da sexualidade/ Guacira Lopes Louro (organizadora); Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva – 3ª. Ed.; 2. Reimp. Belho Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

[17] MALVEZZI, Roberto. **Semi-árido – uma visão holística.** – Brasília: Confea, 2007.140p. – (Pensar Brasil). p. 9-34.

[18] NÓVOA, António. **Os professores e as histórias da sua vida**. In: (Org). Vidas de professores. Porto: Porto, 2000, p. 11-30.

[19] ODARA, Thiffany. **Pedagogia da Desobediência:** Travestilizando a Educação/ Thiffany Odara. 1ª edição/ salvador – BA. Editora Devires, 2020.

[20] PARAÍSO, Marlucy Alves. **Pesquisa Pós-Críticas em Educação no Brasil: esboço de um mapa.** Cadernos de Pesquisa, v.34, n.122, p.283-303, maio/ago.2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/JrF5H8r96wRTvTDLSzhYpcM/abstract/?lang=pt Acesso em: 20 de junho de 2021.

[21] RIOS, Pedro Paulo Souza. **Da terra seca brota uma for: relações de gênero e educação no contexto Semiárido.** Curitiba: CRV, 2016.

[22] RIOS, Pedro Paulo Souza; DIAS, Alfrancio Ferreira. **Trajetórias de vida de professores homossexuais no semiárido brasileiro: as narrativas (auto) biográficas enquanto instrumento de formação docente.** In. PAIVA, C.C. da S.; BARROS, E. da R. (Org.). Paradigma Cultural II: gênero, educação, trabalho e etnia. Curitiba – CRV, 2017, p. 69 – 84.

[23] RIOS, Pedro Paulo Souza. **O estranho que habita em mim:** narrativas de vida e formação de professores gays no semiárido baiano. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2019.

[24] SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer;** Tradução e notas Guacira Lopes Louro. – 1. Ed.; 4. Reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

[25] SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

[26] SOUZA, Elizeu Clementino de. Direitos humanos e diversidade sexual na escola: homofobia, trabalho docente e cotidiano escolar. **Conjectura: Filos. Educ**., Caxias do Sul, v. 20, n. especial, p. 198-220, 2015.

[27] SOUZA, Elizeu Clementino de. **A arte de contar e trocar experiências: reflexões teórico- metodológicas sobre história de vida em formação**. Revista Educação em Questão, Natal, v.25, n. 11, p. 22 – 39, jan./abr., 2006.